

Regula transporte e aquaviário em 6 meses

A104 73 5

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Transp.
Aquav.

GOVERNO regula trans-
porte aquaviário em
6 meses. A Gazeta,
Vitória, 31 agosto 1976.

p8.

Dentro dos próximos seis meses, entrará em operação na baía de Vitória o novo sistema de transporte aquaviário, com vários barcos de grande e médio porte conduzindo passageiros entre a Ilha e o Continente. Esse meio de transporte encontra-se em fase de estudos e levantamentos, sendo encarado pelo governo do Estado como de grande prioridade.

O anúncio foi feito ontem por uma fonte oficial do Governo, adiantando que a fase de estudos e levantamentos tem por objetivo de apurar a viabilidade técnico-econômica do novo sistema de transportes. Além dos dois terminais marítimos existentes em Paul e Vitória, estuda-se a construção de mais quatro, possivelmente em Vila Velha, Praia do Suá, Santo Antônio e Porto de Santana.

ESTUDOS INICIAIS

Os estudos que estão sendo feitos sobre a ligação aquaviária prendem-se aos deslocamentos feitos pelos usuários de ônibus e ao terminal marítimo que interliga Vitória e Paul. Esses trabalhos estão a cargo da Fundação Jones dos Santos Neves, que pretende dimensionar as melhores opções de transporte das populações de Vitória Vila Velha e Cariacica por vias rodoviária e aquaviária.

Conforme explicou a fonte oficial do Governo, os estudos e levantamentos levados a efeito deverão ser concluídos no período de 30 a 40 dias, quando então será comprovada ou não a viabilidade técnico-econômica do sistema de transporte aquaviário. Esse trabalho, estabelecerá ainda as linhas auxiliares — de ônibus (ou alimentadoras) para os terminais marítimos, obedecendo a vários fatores, como o tempo gasto entre os percursos rodoviário e aquaviário.

Segundo as mesmas fontes, esse fator tem sido objeto de intensos estudos por parte da Fundação Jones dos Santos Neves, uma vez que a definição desse projeto poderá resultar no projeto de várias linhas de ônibus somente dentro do município de origem, aliviando desta maneira o volume de coletivos dentro da Capital.

A conclusão dos trabalhos em execução poderá determinar que num ou mais bairros, os coletivos que atualmente se deslocam até a Capital tenham seu percurso reduzido até o terminal marítimo mais próximo, servindo deste modo como alimentador do sistema aquaviário.

De acordo com a fonte, a Fundação Jones Santos Neves ainda não se definiu quanto à cobrança de tarifas no sistema de transporte aquaviário. Entretanto, o preço da passagem poderá funcionar pelo critério **intermodal**, ou seja, idêntico ao sistema de conexão coletivos-metrô, em São Paulo. Esclarecimentos neste sentido dão conta que nas linhas de ônibus que alimentarão o sistema aquaviário o preço da passagem será único, sendo que o passageiro ao deslocar de seu bairro através de ônibus receberá um **ticket** que lhe dará direito à passagem por via marítima.

passagem por via marítima.

Ressaltando que o critério da cobrança de passagem ainda não se encontra definido, informou a fonte que o método, caso seja adotado, será ajustado de forma a que o passageiro pague pelo transporte rodoviário e marítimo uma tarifa idêntica a que seria paga somente no transporte terrestre. Entende-se que assim o sistema aquaviário seria mais estimulado que seu concorrente, já que o primeiro poderá ser mais rápido que o segundo no deslocamento dos passageiros.

Acrescentou a mesma fonte que a partir da conclusão dos estudos e levantamentos que estão sendo feitos pela Fundação Jones Santos Neves, o Governo do Estado poderá utilizar os recursos alocados pelo Governo Federal, no valor de Cr\$ 4,5 milhões, destinados à implantação do sistema de transporte aquaviário na baía de Vitória, como também para melhoria dos terminais marítimos que existem em Paul e na Capital.

Quanto à exploração do transporte aquaviário, também não existe nada definido, mas informou a fonte governamental que "não será necessariamente uma empresa privada a explorar o sistema". Isto deixa implícito que um dos órgãos estaduais, possivelmente a Secretaria do Interior e Transportes, poderia arcar com esta responsabilidade.

Os trabalhos em desenvolvimento pela Fundação Jones Santos Neves segundo a mesma fonte, visam também a construção de abrigos nos pontos de ônibus não servidos por estas proteções, construção de área de estacionamento nas proximidades dos terminais de transporte aquaviário, melhoramento das condições de conforto e higiene dos coletivos e outras.

Revelou ainda que os estudos iniciais indicam a construção de terminais aquaviários possivelmente na Prainha em Vila Velha, preservação do que existe em Paul e Vitória, (com uma série de melhorias), na Praia do Suá (imediações do antigo prédio da Superintendência de Polícia Civil), no hidroporto existente em Santo Antônio e em Porto de Santana.

Explicou que para a entrada em operação do transporte aquaviário, o qual será implantado pela Secretaria do Interior e Transportes, o Governo do Estado precisará de sinal verde da Sunamam, Portobrás, Ministério da Marinha e outros órgãos federais. Além disso, o número de barcas que serão utilizadas pelo novo sistema de transporte estará condicionado a um limite a ser estabelecido por esses órgãos, tendo em vista o movimento de entrada e saída de navios no Porto de Vitória.